

**Fredie Didier Jr.
Leandro Fernandez**

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O DIREITO PROCESSUAL

**Administração Judiciária, Boas
Práticas e Competência Normativa**

Prefácio

Min. Ricardo Villas Bôas Cueva

2ª edição

revista, atualizada
e ampliada

2023

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

D556c Didier Jr., Fredie

O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual - Administração Judiciária, Boas Práticas e Competência Normativa / Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez – 2.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

272 p.

(Coleção Dissertações, Teses e Ensaios de Processo Civil)

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-4535-4

1. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Fernandez, Leandro. III. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

1. A PERSPECTIVA JUDICIAL DO DIREITO À BOA ADMINISTRAÇÃO: A BOA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E SUA RELEVÂNCIA PARA O DIREITO PROCESSUAL.....	25
1.1. Premissas conceituais: sistema de justiça, administração judiciária e administração da justiça.....	25
1.1.1. Problemas jurídicos e sistema de justiça.....	25
1.1.2. Administração judiciária e administração da justiça.....	29
1.2. O direito à boa administração.....	30
1.3. O direito à boa administração da justiça	33
1.4. A administração da justiça no Brasil: uma visão geral.....	37
1.5. Algumas características do regime jurídico aplicável à administração judiciária da justiça brasileira na atualidade	40
1.5.1. Generalidades.....	40
1.5.2. Adoção do paradigma da justiça multiportas e primazia da solução consensual dos conflitos.....	40
1.5.3. Postura não exclusivamente reativa diante dos conflitos sociais	43
1.5.4. Flexibilidade.....	44
1.5.5. Preocupação com a criação de condições para o aperfeiçoamento das capacidades institucionais ..	47
1.5.6. Caráter participativo	50
1.5.7. Ênfase na informatização do processo.....	52

1.5.8. Estímulo à inovação	53
1.5.9. Observação final.....	54
1.6. Decisão administrativa coordenada e administração judiciária	54
1.6.1. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro ..	54
1.6.2. A decisão administrativa coordenada no contexto dos novos instrumentos de administração judiciária	56
1.6.3. Algumas hipóteses de utilização da decisão administrativa coordenada pelo Poder Judiciário	58
2. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	61
2.1. Contexto de criação.....	61
2.2. Composição e competências.....	63
2.3. Instrumentos de atuação.....	65
2.4. As funções do CNJ no Sistema de Justiça Brasileiro.....	69
2.5. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	76
2.6. As Resoluções do Conselho Nacional de Justiça: compreensão sob a perspectiva do poder regulamentar	88
2.6.1. Regulamentos autônomos	92
2.6.2. Regulamentos autorizados ou delegados.....	99
2.6.3. Regulamentos executivos.....	100
2.6.4. Síntese conclusiva. Dimensões do poder normativo do CNJ	101
2.7. As Recomendações do Conselho Nacional de Justiça	103
2.7.1. <i>Soft law</i> e o Direito processual.....	104
2.7.2. O papel das Recomendações do Conselho Nacional de Justiça	106
2.8. O Conselho Nacional de Justiça, regulação da administração judiciária e articulação institucional com os demais sujeitos do sistema brasileiro de justiça	111

3. INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	119
3.1. O advento da inovação como categoria integrante do regime jurídico de organização e funcionamento do Poder Judiciário.....	119
3.2. A Lei n. 14.129/2021, a Resolução 395/2020 do Conselho Nacional de Justiça e os laboratórios de inovação.....	123
3.3. Boas práticas judiciárias	128
3.3.1. Noção e espécies.....	128
3.3.2. A posição das boas práticas na teoria das fontes do Direito processual	134
3.3.3. Fundamentos das boas práticas na administração judiciária. O papel do Conselho Nacional de Justiça.....	137
3.3.4. Características das boas práticas judiciárias.....	141
3.3.5. O processo de institucionalização das boas práticas.....	146
3.4. Experimentação e administração judiciária	150
3.4.1. Nota introdutória.....	150
3.4.2. Experimentos jurídicos de regulação.....	153
3.4.3. Experimentos jurídicos administrativos	157
3.4.4. Experimentos jurídicos processuais.....	158
4. INSTITUTOS REGULAMENTADOS PELO CNJ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.....	161
4.1. Institutos e temas previstos no CPC e regulamentados pelo CNJ.....	161
4.1.1. Cooperação judiciária.....	161
4.1.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	165
4.1.3. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.....	166
4.1.4. Processo em autos eletrônicos.....	167

4.1.5. Plataforma de editais e domicílio eletrônico	168
4.1.6. Citação eletrônica.....	169
4.1.7. Perícias.....	171
4.1.8. Banco nacional de dados de demandas repetitivas e de precedentes obrigatórios.....	172
4.1.9. Alienação judicial por meio eletrônico.....	173
4.1.10. Plantão judiciário.....	173
4.2. Institutos criados e disciplinados pelo Conselho Nacio- nal de Justiça	174
4.2.1. Juíz● 100% Digital	174
4.2.2. Núcleos de Justiça 4.0	176
4.2.3. Suporte à atuação em determinadas matérias.....	181
4.2.4. Centros de Inteligência.....	188
4.2.5. Sistema Informatizado para a Resolução de Con- flitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC	191
4.3. Pesquisas estatísticas para avaliação da efetividade das normas do CPC	195
4.4. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacio- nal de Justiça	199
4.4.1. Observação inicial	199
4.4.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC-2015	200
4.5. Litigância predatória.....	202
5. REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DO REGIME FUN- CIONAL DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO: O CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIO- NAL (RESOLUÇÃO CNJ N. 60/2008) E O DIREITO PROCESSUAL	209
5.1. Generalidades.....	209
5.2. Imparcialidade.....	212
5.2.1. O dever geral de imparcialidade e a tutela da apa- rência de imparcialidade.....	213
5.2.2. Conteúdo do dever geral de imparcialidade.....	215

5.2.3. Preclusão punitiva por conduta atentatória à imparcialidade.....	218
5.2.4. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habituais e dever de imparcialidade.....	220
5.3. O dever de clareza na decisão judicial	221
5.4. O dever de diligência e o art. 235 do CPC	223
6. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: NOVAS PERSPECTIVAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.....	227
7. ENUNCIADOS SOBRE OS TEMAS ABORDADOS NO LIVRO.....	237
APÊNDICE I – O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	243
APÊNDICE II – ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA QUE REGULAM TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261